

sociedade, oferecendo nossa experiência no trato com as normas jurídicas, sobretudo as que cuidam de temas tão importantes para o aprimoramento dos costumes e das instituições, como é o caso da Lei das Licitações e dos Contratos Administrativos.

Bibliografia

01. Bastos, Celso Ribeiro. - Curso de Direito Administrativo, Editora Saraiva, 1994.
02. Capobianco, Eduardo Ribeiro. - Não é preciso corromper para ser empreiteiro - Folha, edição de 12.05.96.
03. Freitas, Juarez. - Estudos de Direito Administrativos, Malheiros, 1995.
04. Gasparini, Diógenes. - Direito Administrativo - 3ª ed., Saraiva.
04. Justen Filho, Marçal. - Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Aide, 2ª ed.
05. Meirelles, Hely Lopes. - Direito Administrativo, Malheiros, 18ª Edição.
06. Mello, Celso Antônio Bandeira. - Curso de Direito Administrativo, 4ª ed., Malheiros.
07. Motta, Carlos Pinto Coelho da. - Proposta de Alteração na Lei 8.666/93 - Boletim de Licitações e Contratos, Ano IX, Set/96.
08. Mukai, Toshio. - Estatutos Jurídicos de Licitações e Contratos Administrativos, 2ª ed., Saraiva.
09. Pereira Júnior, Jessé Torres. - Comentários à Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública, Renovar.
10. Pietro, Maria Sylvia Zanella Di. - Direito Administrativo, Atlas, 3ª Edição.
11. Rigolin, Ivan Barbosa. - Manual Prático das Licitações - São Paulo, Saraiva, 1993.
12. Rocha, Cármen Lúcia Antunes. - Sobre uma Nova Legislação de Licitação para o País - Boletim de Licitações e Contratos, ano IX, nº 6, junho/96, Editora NDJ Ltda.
13. Szklarowski, Leon Frejda. - 'Contratos Administrativos' (Apostila do TCU), "Anotações à Lei 8.666/93" Internet. [Http://www.teiajuridica.com/](http://www.teiajuridica.com/).

JUDICIÁRIO E CIDADANIA

PETRUCIO FERREIRA

Juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Importante não esquecermos, como já ensinava Aristóteles, que o homem não quer apenas viver, mas viver bem. Mais do que ser, o homem vive, e alimenta o seu dia-a-dia à força motriz de um fim sempre buscado como realização de sua própria existência e, exatamente, como o fim buscado e sempre perseguido pelo homem, está o bem, que é, nas lições de Paulus Dezza, S.J., *Metaphysica Generalis*, o que convém à própria natureza, porque perfeito e portanto desejável e assim deve ser buscado, concretizado.

Dentro de tal posicionamento é que Miguel Reale observa o quanto se dá realce, na discriminação dos valores, ao bem como força ordenadora da Ética, pois, somente na realização do que lhe parece ser o seu bem, em harmonia com os demais, é que o homem se revela aos outros e a si próprio.

Em artigo publicado, já registrei que a nossa Constituição quando se propõe a dizer por que veio, sua razão de ser, fixa no seu art. 3º, exatamente, quais os objetivos do Estado, que nos seus precisos termos há de voltar-se a construir uma sociedade livre, justa e solidária, onde se garanta o desenvolvimento nacional, em um trabalho eficaz para erradicação da pobreza e da marginalização, e conseqüente redução das desigualdades sociais e regionais, destinada, pois ao bem-estar comum dos brasileiros.

Ainda naquele artigo - intitulado *Uma Justiça Justa*-, registrei que, inegavelmente, ao seu turno, ao estabelecer nossa Constituição Federal em seu art. 5º, inciso XXXV, que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, consagra o preponderante papel reservado ao Poder Judiciário na realização de tais valores. À

primeira vista, parece uma heresia, dizer-se de um Poder que tem por finalidade a interpretação da Lei caber-lhe a realização da própria finalidade do Estado, no caso, o bem comum dos brasileiros.

E ao falar aqui em Estado, o faço, dentro do conceito do Estado Constitucional, que no entender de alguns autores, entre os quais Kriele, significa as várias etapas lógicas de certos estados constitucionais modernos, no caso, o Estado de legalidade formal, caracterizado pela autovinculação do Estado, através de leis gerais e abstratas; o Estado do direito material, envolvido com a garantia da justiça material, da segurança, da liberdade e da sociedade, através de princípios jurídico-formais; o Estado de justiça, garantidor do controle judicial da aplicação dos princípios materiais e formais do Estado de Direito; o Estado Constitucional com divisão de poderes e o Estado Constitucional parlamentar, quando o caso, é claro. E em tal Estado Constitucional, assim apreendido, haverá lugar para buscar-se o conceito ideal de constituição, identificado fundamentalmente com os postulados político-liberais, tendo-se como, necessariamente, presente a cada constituição, que a mesma consagre um sistema de garantias de liberdade, contenha o princípio da divisão de poderes e que seja escrita.

Canotilho observa que, a partir do Estado Constitucional, é que se passou a falar de defesa ou garantia da constituição em vez de defesa do Estado.

Que se atente à importância de tal observação - falar-se em defesa ou garantia da Constituição em vez de defesa do Estado - em um reconhecimento inegável do que chamam os constitucionalistas "da supremacia da constituição" na medida em que nela se veja a lei suprema de um país, como já doutrinava Pedro Calmon, mais do que o ordenamento jurídico da vida, onde o Estado tenha a sua realidade vital, ou como o ordenamento fundamental, ou a lei fundamental do país, ou a lei fundamental especial, ou ainda como o ordenamento jurídico fundamental do Estado, com suas raízes na própria estrutura política e social da comunidade.

Tal mudança do enunciado lingüístico para Canotilho se apresenta compreensível, vez que no Estado Constitucional o objeto de proteção ou defesa não é o Estado, e sim, a forma do Estado tal como ela é normativo-constitucionalmente conformada, o Estado Constitucional Democrático e, dentro de tal contexto, é que o mesmo autor entende que a defesa da constituição tem como pressuposto a existência de garantia da constituição, por um lado, visando, exatamente, assegurar a observância, a aplicação, a estabilidade e conservação da lei fundamental e, por outro lado, as garantias constitucionais que, guardando um alcance substancialmente subjetivo, endereçam-se ao direito dos cidadãos exigirem dos poderes públicos a proteção dos seus direitos e o reconhecimento e consagração dos meios processuais necessários e adequados a tal intento. Lembrem-se aqui os comandos Constitucionais presentes no art. 5º de nossa Carta Magna, que ao estabelecer em seu caput a igualdade de todos perante a lei, isto, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade — (aqui importa observar que, em nome do respeito à dignidade da pessoa humana, jamais aconteça, em uma interpretação gramaticalmente restrita e despida de qualquer valor jurídico-normativa, aventure-se algum juiz a deixar alijado de tais proteções o estrangeiro que, sem residir no país, nele esteja em qualquer outra condição) — deixa ainda tal artigo 5º a salvo da lei futura o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (inciso XXXVI), garantindo-se a todos o acesso ao Judiciário, ao estabelecer para o Estado o dever de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (inciso LXXXIV).

Em uma compreensão pois do Estado Constitucional e de Constituição, em seu conceito ideal, é que, procurando ser concludente naquele artigo - Uma Justiça Justa — acrescentava que, os verdadeiros famintos e sequiosos de Justiça já não suportam um

Judiciário inerte, enclausurado no trabalho silencioso e, às vezes, agressivamente inibido da interpretação da lei que, nem sempre, quando afirmada em sua vontade pelas sentenças dos juízes, chega a realizar-se, a concretizar-se como o bem comum a que se propõe e por que existe o Estado, em uma verdadeira negação daquela correspondência entre o sistema de fatos sociais e o sistema de norma de que fala Kelsen, esquecendo-se que em tal correspondência é que, apreendendo-se as normas como esquema de interpretação, segundo prelaçiona o mesmo Kelsen, melhor se compreende o quanto as mesmas encerram, em sua estrutura ontológico-jurídica, de conceito, exatamente no que contêm de representação intelectual, ideal, atemporal e aespacial de coisas ou realidades identificadas no mundo do ser, e, de juízo valorativo, presente em seu objeto, no caso a conduta humana, apanhada e manifesta no comportamento das pessoas em uma inegável interferência intersubjetiva, como observa Aftalion. Atente-se, que dentro, pois, desta relacionalidade do Direito é que se deve focar o conceito de lei.

Aliás, neste sentido é que Manuel A. Domingues de Andrade identifica a *ratio legis* no seu elemento interpretativo, no quanto este estabeleça o contato entre a lei e a vida real, conferindo-lhe aquela plasticidade ou mobilidade que já se notou, aquele seu poder, isto é, não só de disciplinar novas situações, atraindo-as para a sua órbita e projetando sobre elas um mesmo conteúdo substancialmente inalterado, mas até de se carregar de sentidos novos, de produzir novos conteúdos com que se vá acomodando a novas necessidades práticas e a novos ideais de justiça ou fim que ao intérprete parecer mais razoável, em face do vário condicionalismo do seu tempo. Dentro deste contexto é que para aquele autor o juiz é o intermediário entre a norma e a vida, o instrumento vivo que transforma a regulamentação típica imposta pelo legislador na regulamentação individual das relações dos particulares, que traduz o comando abstrato da lei no comando concreto entre as partes, formulado na sentença. O juiz é a *viva vox iuris*. E aqui se vê da importância de falar mais do que no Judiciário, falar na sua própria encarnação, enquanto personificação, realização concreta e fática, em sua fenomenologia ontológica e portanto atuante, o Juiz.

Sendo o Juiz, em sua atividade judicante o Estado que julga, enquanto um dos poderes constituídos, que independente e harmonicamente convivendo com os dois outros poderes, o Legislativo e o Executivo, com eles forma a base de um Estado Democrático de Direito, onde todo o poder emana do povo, necessário, não poder ele dar-se ao direito de, em uma posição cômoda e não condizente com a verdade de seu munus, deixar-se ficar sentado na varanda, sem dar-se conta do que acontece ao seu redor, no mundo real das coisas, no dinamismo inconstante dos acontecimentos.

Que não deixe de atentar para a globalização mediada pelos blocos econômicos, que é uma realidade de nossos dias para os países ricos em uma política capitalista excludente e por cujo fenômeno, como assinala Lester Thurow Mit em seu - *O Futuro do Capitalismo* - "Países se estilham, blocos regionais de comércio crescem, a economia global torna-se cada vez mais inter-conectada" exatamente, quando se padece de modo acentuado a crise do conceito de soberania, como já observou José de Castro Meira, em artigo intitulado *Globalização e Direito*, nestes momentos em que se vivencia o ocaso da soberania, segundo palavras de Nicola Matteucci, para quem, faz-se necessário, diante de uma leitura atenta dos fenômenos políticos que estão ocorrendo, faz-se necessário, insista-se com o mesmo Matteucci "proceder a uma nova síntese político-jurídica capaz de racionalizar e disciplinar juridicamente as novas formas de poder, as novas autoridades que estão surgindo", a entender e justificar, pois, que o direito internacional, em sua linguagem, cada vez mais, assente-se em conceitos tais como "soberanias limitadas, tutelas internacionais, direitos de ingerência e administrações supranacionais" conceitos estes que têm, nas observações de Alfredo Toro Hardy ("*O Estado pode ter deixado de ter sentido*", *Gazeta Mercantil*, 12.08.96.), também citado no artigo do Juiz Castro Meira,

como denominador comum o desconhecimento do Estado como ator essencial da vida internacional, o que levou José Joaquim Gomes Canotilho, para melhor entender o conceito do Estado como forma de generalização e racionalização do político, afirmar ser imprescindível, dentro de uma filosofia da práxis e não da teoria, segundo a própria distinção Aristotélica, mais do que "Ligado à filosofia prática clássica" como observa o mesmo Canotilho, socorrer-se do conceito de político.

E é justamente o mestre lusitano que afirmando que político de que fala é o próprio campo das decisões obrigatórias, dotadas de autoritas e potestas, que têm como escopo o estabelecimento e conservação da ordem, paz, segurança e justiça da comunidade, fala de um conceito normativo-ontológico, normativo, "porque não tem como referente uma realidade empírica, existente e determinada, e sim, antes acentua a idéia de ação política, orientada para a realização de certos atos e fins, através da qual o homem consegue uma existência humana, verdadeira e justa" e ontológico, "porque reconhece os valores e os princípios que devem nortear a ação política como princípios reais pertencentes à área do ser (ontologia especial)".

E em tal conceito do político, essencialmente dinâmico, pois fruto da pura práxis, é que, partindo dos ensinamentos de Kelsen que, mergulhando na idéia filosófica da democracia, demonstra a existência de duas atitudes filosóficas discrepantes da filosofia da vida, pois em eterna oposição, onde o conhecimento humano, por conseguinte sua vontade, se encontra entre duas concepções do mundo e duas tabelas de valores contrários, os da metafísica do absoluto, merecem destaque os ensinamentos do nosso Pinto Ferreira quando diz que a democracia implica uma filosofia de vida, da qual deflui a idéia do primado da razão sobre o mundo, numa libertação progressiva dos limites impostos ao homem pela natureza viva e pela sociedade, numa ética social de compreensão, simpatia, tolerância e piedade humana pelos sofredores e conclui afirmando que "a democracia é a forma constitucional do Governo da maioria, que, sobre a base da liberdade e igualdade, assegura às minorias no parlamento o direito de representação, fiscalização e crítica." Pontes de Miranda, por sua vez, quando encerra a sua Democracia, Liberdade, Igualdade (Os Três Caminhos) lembrou: "O que os povos democráticos ou em que o Estado é democrático e liberal têm de fazer, como fim principal, é diminuir a desigualdade humana. Os homens são desiguais, mas é preciso que, em vez de continuar ou aumentar a desigualdade, façam-se menos desiguais. Têm de ser preparados e educados, alimentados e vestidos, e terem casa, de modo que possam produzir mais, concorram para a melhor sorte comum, a maior colaboração social e a menor criminalidade".

Clayton Maranhão, Promotor de Justiça em Curitiba e Professor de Direito Processual Civil da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em artigo intitulado - Grupos de Pressão — após chamar especial atenção para a sociedade de massa, que, segundo ele, é aquela em que vivemos, e que se mostra "com alta acessibilidade das elites por parte das massas, porém, paradoxalmente, com alta plasmabilidade das massas por parte das elites", observando que nessa perspectiva este estado altamente instável da sociedade de massa se constitui no perigo "mais ameaçador para a sobrevivência da democracia e o agente mais eficaz para a instauração do totalitarismo", inobstante veja da importância contemporânea dos grupos de pressão, como canal de comunicação entre o povo e o poder, conclui: "Certo é que estamos muito aquém da verdadeira democracia. Todavia, o constante surgir de novas organizações não governamentais voltadas para a defesa do meio ambiente, do consumidor, dos direitos humanos, dos direitos dos excluídos e das minorias, está a confirmar a assertiva de que as massas querem inconscientemente a democracia".

E por falar em sociedade de massa, como realidade vivenciada em nossos dias, mais do que em grupos de pressão, e do indispensável e inegável comprometimento desta com o gerenciar o Estado, no afã jamais negligenciado de realizá-lo como um verdadeiro Estado

Constitucional, que não nos esqueçamos nunca que a República Federativa do Brasil, segundo dispõe nossa Carta como princípios fundamentais, sendo um Estado Democrático de Direito (talvez fosse mais verdadeiro, desde que a Constituição Cidadã luta por vir à luz, falar-se em propondo ser um Estado Democrático de Direito, do que sendo), e assentado fundamentalmente na soberania, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, tem, igualmente como princípio norteador fundamental, pois da própria forma do Estado, um exercício participativo de sua governabilidade, no quanto, sob pena de não ser uma democracia, tem todo o seu poder emanando do povo que o exerce, e deve continuar exercendo-o e, no caso, diria, mais do que por meio de seus representantes eleitos, diretamente, através da consciência da co-responsabilidade coletiva que toma corpo, e se expressa, reivindica e luta, exatamente neste milagre social chamado de sociedade de massa.

João Luís Fischer Dias, Juiz de Direito do Distrito Federal, em artigo intitulado - O Poder Judiciário e a Democracia - afirma que "o exercício do Poder Político cotidianamente pelo Judiciário, e, principalmente, nos momentos de crise, em que haja ameaça ao Estado Democrático de Direito, é vital para manutenção do nosso sistema político. A conscientização política dos juízes, a aproximação com o cidadão, e com a realidade social, a compreensão das questões fundamentais do nosso sistema político torna-se essencial".

Inegavelmente, conclui-se, existir uma co-responsabilidade política, dentro dos conceitos normativo e ontológico do político, entre os poderes constituídos - legislativo, executivo e judiciário, no sentido de, cada um promover o desenvolvimento dos dois outros e dos três, indistintamente e de modo uníssono, promoverem o Estado "como forma de generalização e racionalização do político" não se negando ao povo seu principal papel no cenário político que é o da realização da democracia a que a nossa Carta Magna se propõe a instalar, uma democracia que sendo uma forma constitucional de Governo da maioria, sobre a base da liberdade e igualdade, assegurando às minorias o direito de representação, fiscalização e crítica, garanta à maioria o pleno exercício de um governo participativo, onde, mais que questionar os rumos do Estado, efetivamente trabalhe os mesmos, em uma cobrança permanente das atividades dos Poderes constituídos do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), que, ao final, foram erigidos como meio de realização da democracia, conquanto o poder que emana do povo, é exercido pelo povo através de seus representantes e para o mesmo deverá ser exercido.

Dentro deste cenário é que vamos encontrar o Juiz-Estado, ou o Estado Judicante, ou o Juiz, enquanto realização e concretização do Poder Judiciário, tendo por finalidade exatamente promover o bem estar do cidadão.

É que, partindo da premissa de que na dicção do direito (jurisdictio, para os latinos, e dikaoossia, para os gregos) o Estado-Juiz, em substituição da atividade do particular ou mesmo de outros órgãos públicos, tem por finalidade a realização concreta da voluntas legis, quer quanto a sua própria afirmação, quer tornando-a efetiva, é de concluir-se ser a jurisdição, antes que tudo, uma das manifestações da própria soberania estatal e, logicamente, sendo a finalidade da jurisdição a atuação do direito na composição dos conflitos de interesses concorrentes, e não mais havendo lugar, ao menos em tese, no Estado hodierno, para a auto-tutela dos interesses individuais em litígio, pela sua realização, o Estado concretiza mais uma de suas finalidades, entrega mais um de seus serviços e se coaduna com a sua própria finalidade, atendendo que, segundo doutrina Jacques Maritain, não é o Estado uma espécie de super-homem coletivo, mas apenas "uma instituição autorizada a usar do poder de coação, e constituída por técnicos e especialistas em questões do bem-estar público, em suma, um instrumento a serviço do homem". Daí justificarem-se as garantias e poderes que lhe são outorgados pela Carta Magna, ao Juiz (vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos) e ao

Poder Judiciário (autonomia administrativa e financeira e requisição de precatórios ao Poder Executivo para pagamento do reconhecido pelo Judiciário como devido pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal).

Mas, vivemos, juízes e jurisdicionados, momentos de angústia, quando, em um verdadeiro anacronismo científico-constitucional, assistimos segmentos dos poderes constituídos, quando não a personificação do próprio poder, que chamou a si a direção da nação, empenhados em defender o Estado e não sua Constituição, enquanto expressão da própria forma do Estado tal como ela é normativo-constitucionalmente conformada, o Estado Constitucional Democrático e, dentro de tal contexto, esquecendo-se tais governantes, segundo prelaçona o mesmo autor, que a defesa da Constituição tem como pressuposto a garantia da Constituição, por um lado, visando, exatamente, assegurar a observância, a aplicação, a estabilidade e conservação da Lei Fundamental e, por outro lado, as garantias constitucionais que, guardando um alcance substancialmente subjetivo, endereçam-se ao direito dos cidadãos exigirem dos poderes públicos a proteção dos seus direitos e o reconhecimento e consagração dos meios processuais necessários e adequados a tal intento.

A avalanche das medidas provisórias, que só guardam sua necessária provisoriedade em sua nomenclatura, está aí a negar a existência de um poder legislativo, enquanto usurpado na sua função legislativa pelo todo poderoso executivo, e condenar à inteira inércia, e conseqüentemente, levá-lo ao total descrédito, dada a sua, cada vez mais manifesta inutilidade, o Poder Judiciário, cujas decisões, quando, fiel ao seu papel de garantidor dos direitos, destinam-se 'a afirmar o direito, quando já de antemão se apresentam como decisões natimortas, tornam-se sem qualquer ressonância alguma na solução dos conflitos, máxime quando em um dos pólos da relação processual esteja o todo poderoso Estado, ou suas não menos poderosas autarquias.

Só para meditarmos de como nos desviamos do caminho que salva, é bom lembrar que o contido no art. 62 da CF, que trata e disciplina as chamadas medidas provisórias a serem adotadas pelo Presidente da República, admite suas edições, somente em caso de relevância e urgência, pois para normar as questões que envolvem o dia-a-dia do cidadão e o Estado e desprovidos de caráter de urgência, existe o processo legislativo, como de todos é sabido inspirado que foi na Constituição Italiana, em cujo sistema parlamentar, de modo a preservar-se o respeito ao Legislativo, de modo a não permitir indevida ingerência do Gabinete naquela casa do povo, se pune, inclusive, com a queda do Gabinete, o fato do mesmo editar medidas provisórias, fora das previsões constitucionais e assim não venham a converter-se em leis. Para um Brasil Parlamentarista e não para o Brasil Presidencialista que temos é que se pensou em tais medidas provisórias, que desvirtuadas na sua instrumentalidade, usurpam funções do Legislativo e ofendem a independência do judiciário, tão necessária para afirmação de um povo como livre e digno, como o sabem, pois o sentiram na carne, ao tempo do governo de exceção, muitos dos atuais inimigos do Judiciário.

Ainda para meditação, em relação a medidas provisórias que se destinam escancaradamente a desrespeitar a atividade do Estado-Juiz, pretendendo proibir-lhe fazer uso de instrumentos postos pelas leis de natureza processual à disposição do cidadão privado de direitos os mais primordiais, alguns que envolvem sua própria sobrevivência, encerro este trabalho reportando-me a lições de Reis Friede que, em sua obra — Aspectos Fundamentais das Medidas Liminares em Mandado de Segurança, Ação Cautelar, Tutela Específica e Tutela Antecipada, Forense Universitária, 3ª Edição —, no tocante ao que chama "da necessidade da tutela cautelar em face da realidade fática e dos princípios jurídicos pertinentes", lembra que a norma constitucional que veda a lei excluir da apreciação do Poder Judiciário a ameaça a direito, sendo concludente o mesmo autor quando no tocante à matéria registra:

"quando presentes os seus pressupostos (refere-se à concessão de liminar, ou medida cautelar, ou mesmo antecipação da tutela), deverá ser concedida, independentemente de lei que a proíba, porque esta apresenta-se em desacordo com o sistema... com efeito, se há necessidade da tutela, o legislador não pode ignorar a realidade, vez que, do contrário, editará lei iníquas e, por isto mesmo, inútuas, cujo destino será a sua desconsideração... a irrazoabilidade e a irracionalidade das normas proibitivas de concessão de liminares estão em que se em cada caso concreto o juiz entender que a hipótese não é de liminar, ele não a concederá em decorrência da falta dos requisitos específicos, jamais forçado pela norma que o proíbe; de outro lado, se o caso é de concessão de liminar, porque presentes os requisitos para tanto, a despeito da lei proibitiva, a concede, sendo forçado, deste modo, em razão das circunstâncias, a agir em atitude que implica em admitir verdadeira 'revolta dos fatos contra os códigos'... com efeito, se fosse dado aceitar-se sempre a imposição de norma de tal jaez significaria, de um lado, a rejeição do princípio da inevitabilidade da jurisdição, vez que, rigorosamente, estaria afastada a autoridade do órgão jurisdicional. Se o Poder Judiciário está vedado de assegurar o resultado útil de um processo, falta-lhe autoridade para exercer a jurisdição. De outro lado, significaria a violação ao princípio da indeclinabilidade, na medida em que se vedou ao cidadão o direito de acesso ao Judiciário. Isto tudo porque de nada adianta ao cidadão ter acesso ao Estado-Juiz e obter uma vitória apenas moral, ou seja, uma sentença ineficaz. Por outras palavras: em termos práticos não há diferença entre falta de sentença, tout a court (dizer non liquet, engavetar eternamente os autos do processo), e sentença ineficaz. Estamos em frente a duas modalidades de denegação de justiça, só que a última com a triste marca da falsidade e da hipocrisia (a justiça "que tarda mas chega", mas que demorou tanto que tornou-se uma inutilidade)".

Diante de fatos tão preocupantes que, inegavelmente, minam na própria base o poder do Estado, a não ser que não se tenha no Poder Judiciário, o Estado-Juiz, o Estado Judicante, não vejo como possa permitir que "em defesa do estado" continue-se matando a Constituição Cidadã, cujo único pecado é, após um governo de força, pretender erigir-se como o maior e eficaz instrumento em prol da cidadania do Brasil, que continuará não sendo um país sério, enquanto não realizar em plenitude o cidadão brasileiro.

O RECURSO ABSOLUTAMENTE INVIÁVEL NÃO PODE SER FUNGÍVEL

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES

Juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Com o brilho de sempre, o Juiz e Professor Hugo Machado sustenta, em mais um artigo com que prestigia esta Teia, intitulado "Agravo de Instrumento, Agravo Regimental e o princípio da fungibilidade" e que, por gentileza e amizade, a mim é dedicado, que o agravo regimental ante despacho de inadmissão do recurso extraordinário, ou do recurso especial, pelo Presidente do Tribunal Estadual ou Regional Federal, deve ser encaminhado para apreciação do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.

Creio, com o devido respeito ao jurista de renome nacional, que nem a mais criativa construção pretoriana poderia resultar, no caso, na aplicação do princípio da fungibilidade, que repousa na diretriz que admite o aproveitamento da forma errônea quando atingida a finalidade ou quando não houver prejuízo (art. 250 e seu parágrafo único, CPC).

A exposição de motivos do Código de Processo Civil de 1973 dá a entender que, em função da sistemática recursal nele introduzida, eliminando as incertezas do diploma de